



O livro nesta oportunidade apresentado pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo à comunidade científica e profissional brasileira é uma decorrência das atividades do XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. O evento foi realizado no ano de 2014, na cidade de Foz do Iguaçu, e contou com a presença de mais de sessenta juristas convidados, além de participantes do concurso de artigos jurídicos Prêmio Pedro Paulo de Almeida Dutra e das sessões de comunicados científicos. Trata-se de uma obra ímpar; um marco simbólico nas discussões contemporâneas do Direito Público e que tem como objetivo incrementar os debates na busca de soluções para os problemas emergentes da Administração Pública brasileira.

**Valmir Pontes Filho**  
**Emerson Gabardo**  
*Coordenadores*

## **PROBLEMAS EMERGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Direito  
Administrativo**

*Prefácio*  
Romeu Felipe Bacellar Filho

*Área específica*  
Direito Administrativo.

*Áreas afins*  
Direito Constitucional. Teoria do Estado.

*Público-alvo*  
Acadêmicos (graduação, mestrado e doutorado) e demais profissionais operadores do Direito Público em geral – tais como advogados e servidores públicos.

Formato: 14,5x21,5 cm  
CÓDIGO: 10000827

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):  
PONTES FILHO, Valmir; GABARDO, Emerson (Coord.). Problemas emergentes da Administração Pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 28, 2014, Foz do Iguaçu. Anais... Belo Horizonte: Fórum, 2015. 647p. ISBN 978-85-450-0095-2.

P962 Problemas emergentes da Administração Pública. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo / Coordenadores: Valmir Pontes Filho, Emerson Gabardo; prefácio de Romeu Felipe Bacellar Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 647p.  
ISBN 978-85-450-0095-2  
1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional. 3. Teoria do Estado. I. Pontes Filho, Valmir. II. Gabardo, Emerson. III. Bacellar Filho, Romeu Felipe.  
CDD: 341.3  
CDU: 342.9

## SUMÁRIO

---

### **PREFÁCIO**

Romeu Felipe Bacellar Filho.....19

### **APRESENTAÇÃO**

Valmir Pontes Filho, Emerson Gabardo.....21

### **PARTE I**

#### **TEXTOS CIENTÍFICOS DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DO CONGRESSO**

#### **SERVIÇO PÚBLICO: ENSAIO SOBRE A EXCLUSIVIDADE DO ESTADO NA SUA PRESTAÇÃO**

Adriana da Costa Ricardo Schier.....25  
1 O serviço público na Constituição Federal de 1988 .....25  
2 A necessária atribuição do traço de fundamentalidade ao regime jurídico do serviço  
público.....28  
3 Uma leitura da exclusividade na prestação do serviço público.....35  
Referências.....45

#### **A DUPLA NOÇÃO JURÍDICA DE INTERESSE PÚBLICO EM DIREITO ADMINISTRATIVO**

Daniel Wunder Hachem.....47  
1 Introdução: a relevância jurídica do conceito de interesse público.....47  
2 As distintas noções jurídicas de interesse público em Direito Administrativo.....49  
3 Interesse público em sentido amplo.....54  
3.1 Interesse público e juridicidade administrativa.....55  
3.2 Processo de definição do interesse público em sentido amplo.....57  
3.3 Condição negativa de validade dos atos administrativos: princípio da finalidade e  
desvio de poder.....60  
3.4 Espécies de interesses englobados: interesse geral e interesses específicos.....62  
4 Interesse público em sentido estrito.....68  
4.1 Condição positiva de validade dos atos administrativos.....68  
4.2 Interesse público como conceito legal.....70  
4.3 Interesse público e discricionariedade administrativa.....73  
4.4 Dever de motivação expressa.....75  
4.5 Conteúdo do interesse público em sentido estrito: núcleo e halo.....76  
4.6 Espécie de interesse englobado: o interesse geral.....79  
5 Conclusões.....80  
Referências.....82

#### **TÁXI**

Dinorá Adelaide Musetti Grotti.....87  
1 Introdução.....87  
2 Os serviços de transporte privado coletivo.....88  
3 Os serviços de transporte individual de passageiros.....89  
3.1 A natureza do serviço.....91  
3.2 Transferência ou sucessão da “outorga” do serviço .....93  
3.3 A formalização da exploração.....93  
4 Prestação de serviços de táxis no Município de São Paulo .....95  
4.1 A extrapolação do conceito de serviço público às prestações privadas: o chamado  
serviço público virtual ou impróprio .....97  
5 Observações finais.....102  
Referências.....103

#### **CONCURSOS PÚBLICOS E O DEVER DE PLANEJAMENTO**

Fabício Motta.....105  
1 Introdução.....105  
2 A criação de cargos e empregos públicos .....106  
3 Planejamento do concurso público: requisito para se buscar a máxima efetividade  
do direito fundamental.....108  
4 O número de vagas.....109  
5 O dever de nomeação e o direito dos candidatos aprovados.....110  
5.1 Cadastro de reserva e respeito ao direito à nomeação.....113

Referências.....	116
<b>ORGANIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA: NOÇÕES GERAIS</b>	
Fernando D. Menezes de Almeida.....	119
1 Apresentação.....	119
2 Critério de repartição de competências.....	120
3 Federação brasileira em perspectiva histórica.....	121
4 A peculiar situação dos Municípios na Federação brasileira.....	124
Referências.....	129
<b>DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA E CONTROLE JUDICIAL</b>	
José dos Santos Carvalho Filho.....	131
1 Introdução.....	131
2 Discricionariedade.....	132
3 Discricionariedade técnica.....	134
4 Controle judicial.....	136
5 Conclusão.....	139
Referências.....	139
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XXI: PLANEJAMENTO, MOBILIDADE URBANA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>	
Lígia Maria Silva Melo de Casimiro, José Patrício Pereira Melo .....	141
1 Introdução .....	141
2 Direito à cidade e planejamento para o desenvolvimento.....	142
3 A racionalidade do planejamento para o desenvolvimento socioeconômico por meio da mobilidade urbana.....	147
4 Considerações finais.....	150
Referências.....	151
<b>A ADVOCACIA PÚBLICA NO ASSESSORAMENTO A DECISÕES DISCRICIONÁRIAS</b>	
Luiz Alberto Blanchet.....	155
1 Introdução.....	155
2 A aparente discricionariedade.....	156
3 O que é a discricionariedade?.....	157
4 Definição do conteúdo da decisão discricionária: tarefa do administrador e não do advogado.....	159
5 Fatores concretos atenuantes da discricionariedade.....	160
6 A discricionariedade envolve um dever e não um poder .....	161
7 A subjetividade admissível no exercício da discricionariedade .....	162
8 Vigilância do advogado, empreendedorismo público e desenvolvimento .....	165
Referências.....	165
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E A PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL</b>	
Maria Cristina César de Oliveira .....	167
1 Introdução.....	167
2 Políticas públicas como dever estatal.....	168
3 Políticas públicas e serviços públicos .....	169
4 Serviço público e proteção ambiental.....	170
5 À guisa de reflexão.....	173
Referências.....	174
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO, ACCOUNTABILITY E O CADASTRO NACIONAL DE PRESOS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO EFICIENTE DO SISTEMA PRISIONAL</b>	
Maria Tereza Uille Gomes .....	177
1 Contexto prisional brasileiro.....	177
2 Sistematização de dados para uma gestão eficaz.....	180
3 A construção de um Cadastro Nacional de Presos.....	182
Referências.....	190
<b>SOLUÇÕES PARA A MOBILIDADE URBANA</b>	
Ricardo Marcondes Martins .....	191
1 Breve introdução .....	191
2 Prestação direta do serviço de transporte coletivo .....	191

3	Compensação urbanística.....	194
4	Gestão associada de transporte coletivo.....	196
5	Tarifa zero.....	198
6	Atividade econômica de transporte coletivo.....	199
7	Considerações finais: DAC X DAIP .....	201
	Referências.....	201

#### **A RESPONSABILIDADE OBJETIVA, ADMINISTRATIVA E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS NOS TERMOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA**

	Rogério Gesta Leal .....	203
1	Notas introdutórias.....	203
2	O problema da responsabilidade civil objetiva no âmbito da doutrina jurídica: alguns apontamentos.....	203
3	A empresa como sujeito de direito e a possibilidade de sua responsabilidade objetiva.....	213
4	Considerações finais.....	218
	Referências.....	221

#### **EXISTE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO FUNCIONAL?**

	Sérgio de Andréa Ferreira.....	225
1	Capítulo conceitual.....	225
2	A situação jurídico-funcional.....	228
	Referências.....	238

#### **ASPECTOS GERAIS DA LEI Nº 12.587, DE 03 DE JANEIRO DE 2012**

	Silvio Luís Ferreira da Rocha .....	241
1	Considerações gerais.....	241
2	Sistema de Mobilidade Urbana.....	242
3	Diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana.....	242
4	A gestão do serviço de transporte público coletivo.....	243
5	Remuneração.....	243
6	Usuários.....	244
7	Planejamento.....	244
8	Conclusão.....	244

#### **STF JULGOU CONSTITUCIONAL A LEI Nº 9.637/98 DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ADIN 1.923-5-DF**

	Tarso Cabral Violin .....	247
1	Histórico das Organizações Sociais no Brasil.....	247
2	O julgamento pelo STF da ADIn nº 1.923-5-DF.....	250
3	Algumas considerações sobre as Organizações Sociais.....	255
	Referências.....	256
	Emerson Gabardo_Anais_IBDA_2014.indd 8 04/09/2015 14:12:46	

#### **ACORDOS DE LENIÊNCIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO: MODALIDADES, REGIME JURÍDICO E PROBLEMAS EMERGENTES**

	Thiago Marrara .....	259
1	Introdução: a consensualização no processo sancionador.....	259
2	Acordo de leniência: definição, conteúdo e características essenciais.....	261
3	Comparativo das modalidades de leniência existentes no Brasil.....	263
4	Leniência para infrações contra a ordem econômica.....	266
5	Leniência para infrações de corrupção.....	268
6	Leniência para infrações licitatórias.....	270
7	Conclusão.....	272
	Referências .....	273

### **PARTE II**

#### **ARTIGOS SELECIONADOS NO CONCURSO DE ARTIGOS PRÊMIO PROFESSOR PEDRO PAULO DE ALMEIDA DUTRA**

#### **O PAPEL DA INTERVENÇÃO ESTATAL NO LEILÃO DO CAMPO DE LIBRA**

	Alcides Goelzer de Araújo Vargas e Pinto, Felipe Augusto Brochado Batista do Prado.....	277
1	Introdução.....	277
2	A intervenção estatal na questão do petróleo pátrio.....	278
3	Regime de concessão.....	281
3.1	Bônus de assinatura.....	281

3.2 Royalties.....	282
3.3 Participação especial.....	283
3.4 Pagamento pela ocupação da área.....	283
4 Regime de partilha de produção.....	284
5 O novo marco regulatório do pré-sal brasileiro.....	285
5.1 O modelo brasileiro do regime de partilha de produção .....	286
5.2 Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. ....	288
6 O leilão do Campo de Libra.....	289
7 Conclusão.....	291
Referências .....	292

## **UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA NOVA LEI ANTICORRUPÇÃO**

Ana Cláudia Santano, Fernando Gama de Miranda Netto.....	295
1 Introdução.....	295
2 Análise econômica do direito e sua utilidade na avaliação do impacto normativo.....	296
3 A corrupção como problema econômico.....	297
4 Efeitos dissuasórios de leis anticorrupção.....	300
5 A produção de incentivos condicionantes de comportamento na Lei nº 12.846/13.....	302
5.1 Da responsabilização – quem está submetido à lei.....	303
5.2 Os tipos administrativos que serão entendidos como atos lesivos à Administração Pública.....	304
5.3 As sanções previstas e a sua dosimetria.....	305
5.4 Incentivos à criação de práticas de compliance.....	307
5.5 O processo administrativo para a apuração dos fatos.....	308
5.6 Dos acordos de leniência .....	309
6 Considerações finais: expectativas e pessimismo.....	310
Referências .....	311

## **O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E AS AGÊNCIAS REGULADORAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA RESOLUÇÃO-ANTAQ Nº 3274/2014**

Camila Rodrigues Forigo, Amália Pasetto Baki .....	315
1 Introdução.....	315
2 O poder normativo da ANTAQ e a resolução nº 3274/2014.....	316
3 O surgimento das Agências Reguladoras.....	317
4 Agências Reguladoras: principais características e atividades por elas controladas.....	319
5 O exercício do poder de polícia administrativa pelas Agências Reguladoras.....	320
5.1 Poder normativo.....	322
5.2 Poder fiscalizatório.....	324
5.3 Poder punitivo.....	324
6 Limitações constitucionais ao poder normativo das agências reguladoras: princípios da legalidade e da segurança jurídica.....	325
7 Conclusão.....	329
Referências .....	330

## **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Cláudia de Oliveira Cruz Carvalho .....	333
1 Introdução.....	333
2 Licitações públicas.....	334
2.1 O interesse público .....	334
2.2 O Sistema de Registro de Preços.....	335
2.3 A Ata de Registro de Preços .....	336
2.4 Adesão à Ata de Registro de Preços.....	337
3 O “carona” e a afronta aos princípios constitucionais .....	339
3.1 Violação ao Princípio da Legalidade.....	339
3.2 Violação ao Princípio da Impessoalidade .....	340
3.3 Violação ao Princípio da Moralidade.....	341
3.4 Violação ao Princípio da Publicidade.....	342
3.5 Violação ao Princípio da Eficiência.....	343
4 O “carona” e a afronta aos princípios específicos da licitação .....	344
4.1 Violação ao Princípio da Isonomia .....	345
4.2 Violação ao Princípio da Vinculação do Instrumento Convocatório .....	346
4.3 Violação ao Princípio do Julgamento Objetivo .....	347
5 Posicionamento dos órgãos de controle.....	348
6 Considerações finais.....	349
Referências.....	350

**PRESUNÇÃO DO PERICULUM IN MORA NA DECRETAÇÃO DE  
INDISPONIBILIDADE DE BENS EM AÇÃO DE IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA: PARA O INÍCIO DE UMA CRÍTICA À JURISPRUDÊNCIA DO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Felipe Klein Gussoli .....	353
1 Introdução .....	353
2 Natureza jurídica da medida de indisponibilidade do art. 7º da Lei nº 8.429/92.....	354
3 Requisitos específicos para concessão da cautelar de indisponibilidade.....	355
4 Crítica à orientação do Superior Tribunal de Justiça.....	357
5 Conclusão.....	363
Referências.....	363

**A TUTELA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PARA ALÉM DO  
CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Fernanda Lissa Fujiwara Homma .....	365
1 Introdução.....	365
2 A possibilidade do direito fundamental à educação inclusiva.....	368
3 Judiciário, políticas públicas e direitos fundamentais sociais: necessidade da superação da “visão túnel”.....	372
4 Entre a tutela coletiva como acesso à justiça e o despreparo do judiciário brasileiro....	376
5 Conclusão.....	379
Referências.....	380

**RELAÇÕES ENTRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E O DECRETO  
QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A  
IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

Érico Prado Klein, Gabriel Morettini e Castella .....	383
1 Introdução .....	383
2 Circunstâncias internacionais (análise de legislações e tratados sobre a Lei de Acesso à Informação).....	385
3 Princípios que norteiam a Lei de Acesso à Informação e decorrências da sua aplicação .....	388
4 O papel do decreto que institui a PNPS e a LAI na implementação da democracia participativa.....	390
5 Considerações finais.....	398
Referências.....	399

**A VIOLAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA ENQUANTO CONCAUSA ENSEJADORA DA RESPONSABILIDADE  
CIVIL OBJETIVA DO ESTADO**

Letícia Camargo Kreuz, Tamira Almeida Martins .....	401
1 Introdução.....	401
2 O direito fundamental à boa administração pública e sua conformação no ordenamento jurídico brasileiro .....	401
3 A estruturação do direito fundamental à boa administração no direito brasileiro.....	403
Emerson Gabardo_Anais_IBDA_2014.indd 11 04/09/2015 14:12:46	
3.1 Os deveres correlatos ao direito fundamental à boa administração pública.....	405
4 As violações ao direito fundamental à boa administração pública consequentes de omissões estatais.....	406
5 Responsabilidade civil do Estado em sentido amplo e em decorrência de condutas omissivas.....	407
6 À guisa de conclusão – o direito fundamental à boa administração pública como concausa da responsabilidade civil do Estado.....	412
Referências.....	413

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UMA  
ANÁLISE JURÍDICA DA ATRIBUIÇÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA AO  
PARTICULAR**

Lizandra Correia Bolivar .....	415
1 Introdução.....	415
2 As Parcerias Público-Privadas .....	416
2.1 A delegação de serviços públicos na Constituição Federal de 1988.....	416
2.2 As parcerias entre o setor público e o setor privado em sentido amplo e estrito.....	417
2.3 Modalidades de concessão e as Parcerias Público-Privadas.....	418
2.4 As Parcerias Público-Privadas na Lei nº 11.079/2004: espécies de PPPs conforme a atividade objeto do contrato.....	419

2.4.1 Objetos da concessão patrocinada .....	419
2.4.2 Objetos da concessão administrativa.....	420
3 As Parcerias Público-Privadas em sentido estrito na área da educação pública.....	422
3.1 Educação como direito fundamental: breves comentários.....	422
3.2 A educação pública na Constituição Federal de 1988 .....	423
3.3 Do cabimento da concessão administrativa na área da educação pública e a gestão pedagógica.....	425
3.3.1 Fase do planejamento.....	426
3.3.2 Fase da execução.....	427
4 Análise do caso concreto do Município de Belo Horizonte/MG.....	429
5 Considerações finais.....	432
Referências.....	434

**DA JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS À NECESSIDADE DE RESPEITO ADMINISTRATIVO AOS PRECEDENTES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRF4 SOBRE O DIREITO À SAÚDE**

Luzardo Faria .....	437
1 Introdução.....	437
2 A judiciabilidade dos direitos fundamentais sociais: entre efetividade constitucional e ativismo judicial.....	438
3 A judicialização dos direitos fundamentais sociais na prática: uma análise empírica da jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	441
4 Por um Direito Administrativo Constitucional: os direitos fundamentais sociais que integram o interesse público.....	446
5 A exploração da dimensão objetiva dos direitos fundamentais sociais e o respeito administrativo aos precedentes judiciais.....	448
Emerson Gabardo_Anais_IBDA_2014.indd 12 04/09/2015 14:12:46	
6 Conclusão.....	451
Referências .....	452

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL NO DIREITO PÚBLICO EUROPEU, PORTUGUÊS E BRASILEIRO: A NECESSIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL POR PREJUÍZOS CAUSADOS AOS LICITANTES NO BRASIL**

Marta Cristina Jesus Santiago .....	459
1 Introdução.....	459
2 Breves notas sobre a responsabilidade pré-contratual no direito civil luso-brasileiro....	460
3 A responsabilidade pré-contratual no direito público europeu.....	462
4 A responsabilidade pré-contratual no regime português.....	465
4.1 A decisão de contratar e o direito ao contrato.....	466
4.2 A medida da indenização.....	468
5 A responsabilidade pré-contratual publicista no Brasil.....	469
6 A perda de chance na contratação pública luso-brasileira.....	473
7 Conclusão.....	476
Referências.....	478

**AS OMISSÕES LEGISLATIVAS INCONSTITUCIONAIS E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO**

Rafael Zaitter .....	481
1 Introdução.....	481
2 Desenvolvimento.....	482
2.1 As omissões legislativas inconstitucionais.....	482
2.2 A responsabilidade do Estado por omissão no direito pátrio: adoção da teoria objetiva ou da teoria do <i>faute du service</i> ?.....	485
2.3 A responsabilidade do Estado por omissões legislativas inconstitucionais.....	489
3 Conclusão.....	492
Referências.....	493

**A EFETIVIDADE DA LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL E O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

Thais Giselle Diniz Santos, Thiago Piemontez.....	495
1 Introdução.....	495
2 Política nacional de resíduos sólidos.....	496
3 A divisão de competências em matéria ambiental.....	499
4 O papel dos Tribunais de Contas na efetivação da Lei de Resíduos Sólidos.....	501
5 Conclusão.....	504

Referências.....	505
------------------	-----

**DO ANTÍDOTO AO VENENO: RESTRIÇÕES À APLICAÇÃO DESMEDIDA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES POLÍTICOS**

Thiago Priess Valiati , Luis Alberto Hungaro.....	507
1 Introdução.....	507
Emerson Gabardo_Anais_IBDA_2014.indd 13 04/09/2015 14:12:46	
2 Breve histórico do regime de responsabilidade por improbidade administrativa no direito brasileiro.....	509
3 Conceito de ato de improbidade administrativa: necessidade da presença de elemento subjetivo para sua caracterização.....	510
4 A insuficiência da redação do artigo 10, caput, da Lei de Improbidade Administrativa: impossibilidade de cometimento de ato ímprobo por culpa.....	513
5 A controvérsia acerca da possibilidade de se aplicar simultaneamente a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei de Crimes de Responsabilidade (1.079/1950) aos agentes políticos .....	518
6 Conclusão.....	522
Referências.....	523

**A SUBVENÇÃO AO SEGURO RURAL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA DO PSR A PARTIR DA AUDITORIA REALIZADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Vitor José Borghi.....	525
1 Introdução.....	525
2 O Princípio da Eficiência Administrativa e sua relação com as diretrizes do Programa de Subvenção ao Seguro Rural.....	526
3 A auditoria realizada pelo TCU no Programa de Subvenção ao Seguro Rural .....	530
4 Conclusão.....	534
Referências.....	536

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE FOMENTO PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A GARANTIA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE**

Vivianéli Araújo Prestes .....	537
1 Introdução.....	537
2 A atividade de fomento e o risco de violação ao princípio da igualdade.....	537
3 As políticas públicas como meio de compatibilização entre a atividade de fomento e o Princípio da Igualdade.....	541
4 O ciclo das políticas públicas e a possibilidade de auxílio no controle da atividade de fomento.....	543
5 Conclusão.....	546
Referências.....	547

**PARTE III  
COMUNICADOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NO CONGRESSO**

**(RE)CONHECENDO O FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS PELO PRISMA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: ATRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES**

Albano Francisco Schmidt, Thiago Luís Reinert .....	551
---	-----

**O PAPEL DA INTERVENÇÃO ESTATAL NO LEILÃO DO CAMPO DE LIBRA**

Alcides Goelzer de Araújo Vargas e Pinto.....	553
---	-----

**DA REFORMA ADMINISTRATIVA EMPREENDIDA POR PAULO NEVES DE CARVALHO NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE NA DÉCADA DE 1950: O NASCEDOURO DAS IDEIAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Ana Luiza Gomes de Araújo, Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto .....	555
---	-----

**OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA MORADIA: AÇÕES OU OMISSÕES PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR PÚBLICO MUNICIPAL**

André Ricardo Gomes de Souza .....	557
------------------------------------	-----

**APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A POSSIBILIDADE DE O ESTADO CELEBRAR CONVÊNIOS DE REPASSE COM ENTIDADES EMPRESARIAIS**

Ariane Sherman Morais Vieira .....	559
------------------------------------	-----

<b>O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E AS AGÊNCIAS REGULADORAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA RESOLUÇÃO-ANTAQ Nº 3274/2014</b>	
Camila Rodrigues Forigo, Amália Pasetto Baki .....	561
<b>A LIBERAÇÃO DE MEDICAMENTOS EXPERIMENTAIS EM DEMANDAS JUDICIAIS INDIVIDUAIS ÀS CUSTAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, FALTA DE CONHECIMENTO DO MAGISTRADO E O LOBBY DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA</b>	
Carolina Elisabete Puehringer Miguez de Senna Motta .....	563
<b>A COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E O CONTROLE DA POLUIÇÃO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS</b>	
Celmar Corrêa de Oliveira, Mateus Kuhn.....	565
<b>ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS</b>	
Cláudia de Oliveira Cruz Carvalho .....	567
<b>A INTERRUÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO POR INADIMPLENTO: PONTOS E CONTRAPONTO</b>	
Cláudia Cecília Camacho Rojas .....	569
<b>O DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ENTRE PRINCÍPIO COMO MANDAMENTO DE OTIMIZAÇÃO E DIREITO FUNDAMENTAL ATRIBUÍDO</b>	
Clayton Gomes de Medeiros, Marcelo Paulo Wacheleski .....	571
<b>TRANSPARÊNCIA, DEMOCRACIA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OS EFEITOS DA LEI Nº 12.527/2011</b>	
Clayton Gomes de Medeiros, Marcelo Paulo Wacheleski .....	573
<b>ACCOUNTABILITY, TEORIA DA AGÊNCIA E O DEVER CONSTITUCIONAL DE PRESTAR CONTAS</b>	
Dioleno Zella Zielinski .....	575
<b>HOSPITAIS PÚBLICOS PRECÁRIOS E A INTERVENÇÃO JUDICIAL COMO REMÉDIO ADEQUADO</b>	
Eloi Pethechust .....	577
<b>O PROCESSO DE EXECUÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS E O CASO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS</b>	
Eloi Pethechust .....	579
<b>A IMPORTANCIA DO COMPLIANCE PARA AS EMPRESAS QUE OBJETIVAM RELACIONAR-SE COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SOB O ENFOQUE DA NOVA LEI ANTICORRUPÇÃO</b>	
Emerson Gabardo, Gabriel Morettini e Castella .....	581
<b>PRESUNÇÃO DO PERICULUM IN MORA NA DECRETAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: PARA O INÍCIO DE UMA CRÍTICA À JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	
Felipe Klein Gussoli .....	583
<b>PROCESSO COLETIVO, ACCOUNTABILITY E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS</b>	
Fernanda Lissa Fujiwara Homma .....	585
<b>LICITAÇÃO TORNANDO-SE EXCEÇÃO NO DIA A DIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
Fernanda Rodrigues de Souza e Silva .....	587
<b>CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO, REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E MELHORIA DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO</b>	
Fernando Ferreira Calazans.....	589
<b>REGULAÇÃO DA PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: AVANÇOS, LIMITAÇÕES E PROPOSTAS</b>	
Fernando Ferreira Calazans, Marcelo Abi-Ramia Caetano.....	591
<b>RELAÇÕES ENTRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E O DECRETO QUE INSTITUI</b>	

<b>A POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA</b> Érico Prado Klein, Gabriel Morettini e Castella .....	593
<b>O NOVO INTERESSE PÚBLICO</b> Henrique Lima Quites.....	595
<b>O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO E O PASSE LIVRE</b> Hugo Jesus Soares .....	597
<b>MODIFICAÇÃO DE PRECEDENTES E A PROTEÇÃO À CONFIANÇA LEGÍTIMA</b> Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira .....	599
<b>PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: IRRETROATIVIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA, O CASO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b> Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira .....	601
<b>PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA ATRIBUIÇÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA AO PARTICULAR</b> Lizandra Correia Bolivar .....	603
<b>FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: RETOMADA HISTÓRICA E CRÍTICA DE SEUS FUNDAMENTOS LIBERAIS</b> Luasses Gonçalves dos Santos .....	605
<b>O ESTADO EM REDE NA LÓGICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO VIVO</b> Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto, Maria Isabel Araújo Rodrigues.....	607
<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: REGULAÇÃO ESTATAL PELAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E PELOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b> Luciano Elias Reis .....	609
<b>DO ANTÍDOTO AO VENENO: RESTRIÇÕES À APLICAÇÃO DESMEDIDA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES POLÍTICOS</b> Luis Alberto Hungaro, Thiago Priess Valiati .....	611
<b>DA JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS À NECESSIDADE DE RESPEITO ADMINISTRATIVO AOS PRECEDENTES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRF4 SOBRE O DIREITO À SAÚDE</b> Luzardo Faria .....	613
<b>CONCESSÃO JUDICIAL DE MEDICAMENTOS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ALCANCE DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE, DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO E DO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO</b> Márcio Araújo Wilinski .....	615
<b>CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO: SINÔNIMO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO?</b> Maria Letícia Rodrigues Guimarães Araújo Resende.....	617
<b>A INSUFICIÊNCIA DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES COMO CRITÉRIO DE DISTINÇÃO DOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO: ESTUDO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS</b> Mariana Bueno Resende .....	619
<b>EFEITOS DO DESLOCAMENTO DO DOLO NA ANÁLISE DAS CONDUTAS PREVISTAS NO ART. 11 DA LIA: IMPROBIDADE OU INABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO</b> Patrícia M. S. de Camargo, Celmar Corrêa de Oliveira .....	621
<b>CONTROLE COM FOCO EM RESULTADOS: A EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS COM A AUDITORIA OPERACIONAL REALIZADA NO PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO</b> Pedro Henrique Magalhães Azevedo.....	623
<b>TRATAMENTO DAS RELAÇÕES DE SUJEIÇÃO ESPECIAL NAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS</b> Pedro Henrique Magalhães Azevedo .....	625

**A CONTRIBUIÇÃO DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS NA LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Ricardo Letizia Garcia, Celmar Oliveira .....627

**A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE PELO SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Rodrigo Augusto Lazzari Lahoz .....629

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA INADIMPLÊNCIA DOS MUNICÍPIOS QUE DEIXAM DE REPASSAR OS VALORES RETIDOS A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO ÀS ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS PRIVADAS**

Thaís Fernanda Santos da Silva Verçosa .....631

**A LIBERAÇÃO DE SEMENTES TRANSGÊNICAS NO BRASIL: UM CASO DE IRRESPONSABILIDADE NA GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS**

Thais Giselle Diniz Santos.....633

**A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA EC Nº 62/2009 E OS IMPACTOS NO ESTADO DO PARANÁ**

Tuany Baron de Vargas .....635

**A SUBVENÇÃO AO SEGURO RURAL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA DO PSR A PARTIR DA AUDITORIA REALIZADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Vitor José Borghi .....637

**A NATUREZA GARANTISTA OU AUTORITÁRIA DA GÊNESE DO DIREITO ADMINISTRATIVO: UMA RELEITURA A PARTIR DA HISTÓRIA DO DIREITO**

Vivianéli Araújo Prestes .....639

**SOBRE OS AUTORES.....641**